

**CONTROLE INTERNO NA GESTÃO DE ESTOQUES:  
ANÁLISE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY**

**INTERNAL CONTROL IN INVENTORY MANAGEMENT:  
ANALYSIS AT THE LAURO WANDERLEY UNIVERSITY HOSPITAL**

**CONTROL INTERNO EN LA GESTIÓN DE INVENTARIOS:  
ANÁLISIS EN EL HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO  
WANDERLEY**

Francisca Noberto da Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Valdério Freire de Moraes Júnior<sup>2</sup>

Artigo recebido em setembro de 2024  
Artigo aceito em novembro de 2024

DOI: 10.26853/Refas\_ISSN-2359-182X\_v11n02\_05

**RESUMO**

O objetivo da presente pesquisa foi diagnosticar se o sistema de controle de estoques, Aplicativo de Gestão de Hospitais Universitários (AGHU), utilizado pelo Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) é capaz de fornecer informações que possam minimizar as perdas geradas com materiais com validade vencida. Para isso foi feito um estudo de caso, com pesquisa de campo em duas unidades que movimentam medicamentos e materiais médico-hospitalares, que foram a Unidade de abastecimento e dispensação Farmacêutica e a Unidade de Produtos para a Saúde, respectivamente. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas com colaboradores que trabalham diretamente com o controle físico dos medicamentos e materiais e alimentam o sistema de controle. O conteúdo do resultado das entrevistas foi analisado e através dele foi constatado que não estão utilizando as funcionalidades do sistema AGHU de forma eficiente e produtiva, mostrando uma realidade onde os dados do sistema não são fidedignos ao estoque físico e não são suficientes para auxiliar no planejamento de compras e na prevenção das perdas, dependendo sempre de dados auxiliares para realização dos controles. Diante disso, o resultado da pesquisa aponta para que os funcionários sejam treinados para uniformidade dos conhecimentos e sejam feitos trabalhos de melhorias na forma de como o AGHU é utilizado para que sua contribuição seja eficiente para uma boa gestão.

**Palavras-chave:** Controle interno; Controle de Estoque; Perda de estoque; AGHU;

<sup>1</sup> Analista administrativo em Contabilidade (EBSERH-UFPB). Especialista em Gestão Pública. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: francis\_ns@hotmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7830207415464096>. OrcId: <https://orcid.org/0009-0008-6319-5040>.

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPB. Doutor em Meio-Ambiente e Desenvolvimento - PRODEMA.. E-mail: [valderiofreire@yahoo.com.br](mailto:valderiofreire@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6758618123590685>. OrcId: <https://orcid.org/0000-0003-1218-6976>.

## ABSTRACT

The objective of this research was to diagnose whether the inventory control system, University Hospital Management Application (AGHU), used by the Lauro Wanderley University Hospital (HULW) is capable of providing information that can minimize losses generated by expired materials. For this purpose, a case study was conducted, with field research in two units that handle medicines and medical-hospital materials, which were the Pharmaceutical Supply and Dispensing Unit and the Health Products Unit, respectively. To collect the data, interviews were conducted with employees who work directly with the physical control of medicines and materials and feed the control system. The content of the interview results was analyzed and through it, it was found that they are not using the functionalities of the AGHU system efficiently and productively, showing a reality where the system data is not reliable for the physical stock and is not sufficient to assist in purchasing planning and loss prevention, always depending on auxiliary data to perform the controls. In view of this, the results of the research indicate that employees should be trained to ensure uniform knowledge and that improvements should be made to the way in which the AGHU is used so that its contribution to good management is efficient.

**Keywords:** Internal control; Inventory control; Inventory losses; AGHU;

## RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue diagnosticar si el sistema de control de inventarios, Aplicación de Gestión Hospitalaria Universitaria (AGHU), utilizado por el Hospital Universitario Lauro Wanderley (HULW) es capaz de brindar información que pueda minimizar las pérdidas generadas con materiales vencidos. Para ello se realizó un estudio de caso, con investigación de campo en dos unidades que mueven medicamentos y material médico-hospitalario, que fueron la Unidad de Suministro y Dispensación Farmacéutica y la Unidad de Productos para la Salud, respectivamente. Para recolectar datos se realizaron entrevistas a empleados que trabajan directamente con el control físico de medicamentos y materiales y alimentan el sistema de control. Se analizó el contenido de los resultados de las entrevistas y a través del mismo se encontró que no están utilizando las funcionalidades del sistema AGHU de manera eficiente y productiva, mostrando una realidad donde los datos del sistema no son confiables para el stock físico y son no suficiente para ayudar en la planificación de compras y prevención de pérdidas, dependiendo siempre de datos auxiliares para realizar los controles. Ante esto, los resultados de la investigación sugieren que los empleados deben ser capacitados para garantizar la uniformidad de conocimientos y se debe realizar un trabajo de mejora en la forma en que se utiliza la AGHU para que su contribución sea eficiente para una buena gestión.

**Palabras clave:** Control interno; Control de existencias; Pérdida de existencias; AGHU;

## 1 INTRODUÇÃO

Os gestores avaliam segundo o sistema de controle interno se as regras estabelecidas estão sendo cumpridas, conforme Castro (2018, p.256) os gestores necessitam de um sistema de controle interno que seja capaz de fornecer informações do que se passa em sua organização, para que eles não trabalhem às cegas no tocante aos procedimentos adotados dentro da entidade.

Ter um controle interno eficiente na gestão e administração dos estoques sempre foi um desafio para empresas da área privada e da área pública. E quando esse controle é em um ambiente hospitalar público o desafio é agravado, tendo em vista a burocracia necessária para realização de compras, bem como a prestação de contas aos órgãos reguladores. Os gastos públicos devem estar em consonância com as receitas e segundo Castro (2018) este princípio foi consolidado com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O controle interno referente ao estoque de produtos para consumo, em órgãos públicos possui uma logística burocrática, pois deve seguir a Lei 14.133/21, em relação à licitação, que faz com que o processo se torne moroso, e deve passar por todas as fases da despesa (empenho, liquidação e pagamento) para atender a Lei 4.320/64, o que dificulta a utilização de métodos de controle que permitam a existência de um nível baixo de estoque.

Em 2013, foi firmado um contrato de gestão entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), tendo como objetivo a gestão do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Desde outubro de 2015, que a gestão passou a ser executada em sua totalidade pela EBSERH que implantou um sistema para controle de estoques para acompanhar a movimentação de medicamentos e materiais de almoxarifado que é o Aplicativo de Gestão de Hospitais Universitários (AGHU).

A gestão do HULW deve extrair do AGHU informações que sirvam de base para geração do relatório de gestão que é apresentado anualmente aos órgãos reguladores, e isso justificam a necessidade de uma pesquisa que possa validar se os controles existentes são eficientes. Para apresentar um resultado da eficiência desse controle de estoque aplicado no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), justifica-se o estudo por observar se o AGHU é eficiente o suficiente para identificar falhas e que possa antecipar correções que visem diminuir e/ou eliminar a perda de medicamentos, por estarem fora do prazo de validade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral diagnosticar se a utilização do AGHU é eficiente para redução de perdas na gestão de estoques de medicamentos no HULW. E como problema: Qual a eficiência, ao utilizar o AGHU, para redução nas perdas na gestão de estoques de medicamentos no HULW?

A redução das perdas de medicamentos e produtos hospitalares contribuirá para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Onde dos 17 objetivos que compõem a agenda 2030, o terceiro (Saúde e Bem-estar) possui diversas metas, e uma delas, a 3.c, está diretamente ligada aos resultados obtidos na pesquisa, pois menciona que deve haver um aumento substancial do financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, treinamento e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento. E o 3.8 busca atingir a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros. Ao ser evitado o desperdício de medicamentos e material médico-hospitalar, o meio ambiente sofrerá menos agressão, por ser reduzida a necessidade de incineração destes.

Ao final, conclui-se que um sistema de controle de estoques em órgãos públicos é uma das ferramentas essenciais para aprovação da prestação de contas da gestão, por parte dos órgãos reguladores/fiscalizadores. Em relação a estrutura do trabalho, na sequência: (i) apresentar a importância de um sistema informatizado que seja eficiente no controle do estoque; (ii) levantar os procedimentos a serem adotados para evitar a perda do estoque; e (iii) verificar se os funcionários são treinados para operacionalizarem o AGHU. O presente trabalho está dividido nos seguintes tópicos: (i) introdução; (ii) desenvolvimento, que é dividido em seções e subseções; (iii) considerações finais; e (iv) referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicia-se a fundamentação teórica pelo controle interno,

### 2.1 Controle interno

Com o objetivo de averiguar se as metas propostas pelas organizações estão sendo cumpridas, se faz necessário implantar um controle interno, que deve conter normas e procedimentos preventivos que impeçam o erro (Almeida, 2017). Para o Tribunal de Contas da União (TCU, 2010) considera-se como controle interno:

Conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados (IN 63, art.1º, Inciso X).

Ao estabelecer controles internos capazes de respaldar os atos de gestão, as instituições públicas e privadas estarão preparadas para atender às demandas de auditorias externas realizadas por empresas especializadas e/ou órgãos tomadores de contas, a exemplo do Tribunal de Contas da União, na esfera federal.

Com o objetivo de que o controle interno seja realizado de forma a atingir as metas estabelecidas se faz presente a necessidade de a instituição possuir colaboradores capacitados. Para Alves & Moraes Júnior (2016), a Administração deve vincular-se a procedimentos de controle que permitam verificar, julgar e sugerir providências a serem adotadas, para consecução dos propósitos da gestão pública.

#### 2.1.1 O controle interno e a logística de armazenamento em hospitais públicos

Em tempos, nos quais os recursos são cada vez mais escassos, o gestor público tem a missão de administrar o bem público de forma eficiente, mitigando riscos e evitando danos ao erário.

Segundo a IN 63 (Art. 2º) do Tribunal de contas da União, os órgãos da administração pública, bem como as empresas estatais (categoria de empresas onde a EBSERH está inserida), estão sujeitos à apresentação de relatório de gestão e a constituição de processo de prestação de contas. O que corrobora com a necessidade de um controle interno que venha a auxiliar à gestão da instituição no processo decisório, fornecendo informações fidedignas das atividades executadas (Attie, 2011).

No relatório de gestão das empresas públicas está incluso o controle realizado com os materiais estocados. Para isso se faz necessário um processo de logística que evite desabastecimento e perdas. De acordo com Christopher (2009), apud Laurindo (2014, p. 27), o conceito de logística é o processo de gerenciamento estratégico da compra, do transporte e da armazenagem de matérias primas, partes de produtos acabados (além dos fluxos de informação relacionados) por parte da organização e de seus canais de marketing, de tal modo que a lucratividade atual e futura seja maximizada mediante a entrega de encomendas com o menor custo associado.

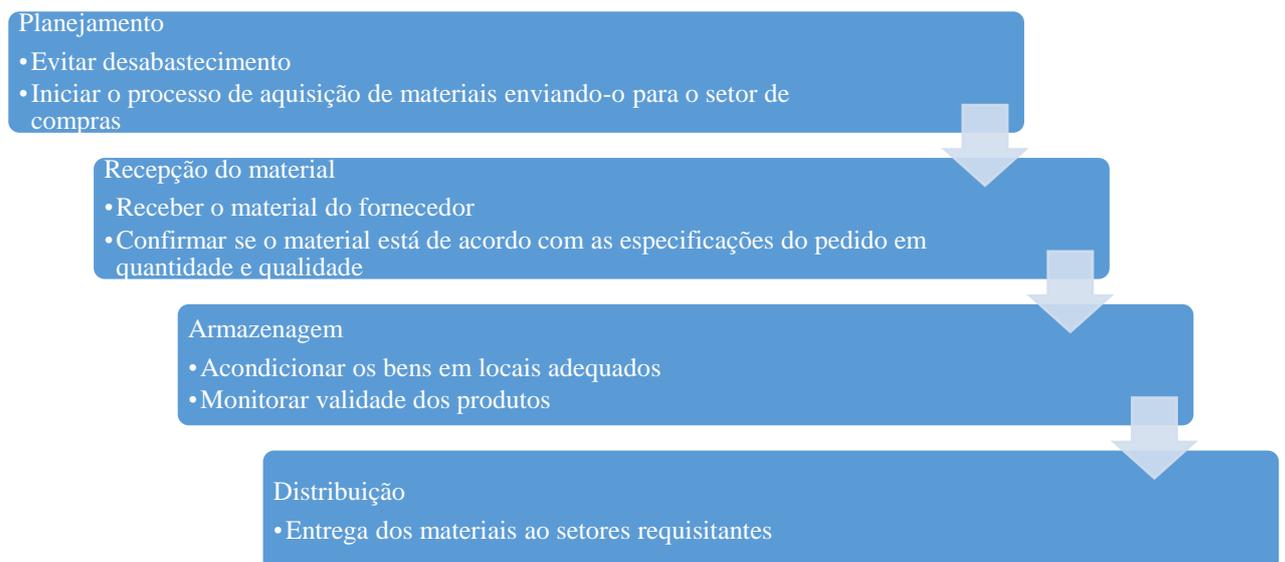
Em se tratando de empresa pública, em especial hospital, não cabe tratar sobre marketing e lucro, porém a entrega de encomenda com menor custo é bem associada, tendo em vista que o cliente final é o paciente e o recurso aplicado para desenvolver a atividade hospitalar é público. Aplicando-se com isso o princípio da economicidade, preconizado no art.70 Carta Magna de 1988 (Brasil, 1988).

O Hospital Universitário Lauro Wanderley, vinculado a UFPB é um hospital escola, classificado no nível terciário, devido ao alto grau de complexidade de recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento (Cavallini, 2010). Ainda de acordo com Cavallini (2010 p. 66) o controle de estoque possui os seguintes princípios básicos:

- a) Determinar o *que* deve permanecer em estoque (número de itens).
- b) Determinar *quando* se deve reabastecer os estoques (periodicidade).
- c) Determinar *quanto* de estoque será necessário para um período predeterminado.
- d) Acionar o departamento de compras para executar aquisição de estoque.
- e) Receber, armazenar e atender os materiais estocados de acordo com as necessidades.
- f) Controlar os estoques em termos de quantidade e valor, fornece informações sobre posição do estoque.
- g) Manter inventários periódicos para avaliação da quantidade e do estado dos materiais estocados.
- h) Identificar e retirar do estoque os materiais obsoletos ou danificados.

A logística de armazenamento hospitalar deve estar balizada no controle desde o processo para aquisição em tempo hábil, passando pela recepção do material, em seguida pelo armazenamento e, por fim, a distribuição, conforme Figura 1.

Figura 1: Do planejamento à distribuição



Fonte: elaborada pelos autores (2024)

Nesse contexto, a formação dos custos hospitalares tem os gastos com medicamentos e materiais médico-hospitalares como um de seus principais componentes, chegando a 35% do total (Barbiere & Machline, 2017). Para tanto o surgimento de novas tecnologias de tratamento podem onerar esses custos, em consequência do desperdício de matérias com validade vencida e/ou obsoletos.

Por isso se mostra tão necessário um controle de estoque eficiente. A afirmativa de Medeiros *et al* (2009 p. 67) “pode-se inferir que uma boa gestão da logística hospitalar pode contribuir efetivamente para a redução dos custos dessas instituições”, reforça a necessidade desse controle. Percebe-se, assim, que o gestor deve extrair o máximo de informações dos controles internos de estoque, para avaliar o montante de desembolso realizado em relação ao montante consumido no mesmo período, com isso detectando compras realizadas sem o uso de um bom planejamento.

Segundo Laurindo (2014), a logística pública se torna mais prática ao possuir métodos e ferramentas que deem suporte ao processo. Diante disso pode-se enfatizar a necessidade de utilização de sistemas informatizados para controle de estoques, que visem subsidiar os processos adotados.

## **2.2 Sistemas informatizados para gestão de estoques**

Através da Tecnologia da Informação (TI) é dado acesso às informações que vão ser analisadas e formadoras das decisões a serem tomadas pelos gestores (Izidro, 2016). A administração Pública Federal utiliza para controle de estoque o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), que foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e é de utilização obrigatória, por toda a Administração Pública Federal Direta, a partir de 2019. A EBSEH, por não fazer parte da administração pública direta não utiliza esse sistema, e por ser empresa pública não será obrigada a utilizá-lo em 2019. O sistema que a empresa utiliza é o AGHU.

### **2.2.1 Sistema AGHU**

O AGHU foi adquirido pela EBSEH, que é a gestora do HULW, para controle de seus estoques. O objetivo desse aplicativo é apoiar a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos hospitais universitários federais e permitir a criação de indicadores nacionais, que possam servir de base para implementação de projetos de melhorias comuns a estes hospitais). Entre os módulos disponíveis no aplicativo estão o de estoque e o de farmácia. Segundo a plataforma do sistema, as premissas desses dois módulos, segundo Gov BR (2018) são:

- a. Estoque: possui a função de gerenciar as movimentações dos suprimentos através do controle do fluxo de materiais, proporcionando um eficaz atendimento das solicitações de materiais de maneira pontual e precisa.
- b. Farmácia: compreende o processo de gestão dos medicamentos e engloba atividades de regulação, triagem e dispensação seguindo a regulamentação vigente para a realização de tais atividades. O sistema permite, ainda, a reavaliação, por parte do farmacêutico, do quantitativo da medicação prescrita de acordo com a situação clínica que o paciente apresenta.

O presente trabalho limita-se à análise do módulo de controle de estoque, que possui a premissa de gerenciar, de forma eficiente, a movimentação dos medicamentos e materiais que são consumidos pelo hospital. Portanto, o módulo de farmácia não é o objeto da pesquisa, uma vez que ele é voltado à prescrição dos medicamentos e a forma que está dispensada do estoque.

Toda e qualquer instituição deve buscar sempre mitigar os custos com perdas, e em ambiente hospitalar e público essa preocupação deve ser constante, por dois motivos: a) a perda de material gera danos ao erário; b) pode acarretar a perda de vidas, pois como diminuição de determinado medicamento/material deixou-se de adquirir outro que poderia ter sido aplicado em paciente em estado crítico.

Segundo Barbieri & Machline (2017), os administradores podem procurar saber quantos materiais desnecessários estão sendo mantidos à custa de recursos financeiros que são caros e escassos. O planejamento do que deve ser mantido em estoque é primordial para que não se perda material por vencimento do prazo de validade e para que o custeio de outras despesas possa ser realizado.

O acompanhamento mensal do consumo dos produtos se faz necessário, para com isso ser avaliado o planejamento inicial e realizados os ajustes necessários. Em um hospital público o planejamento inicial deve ser muito bem-feito, em virtude da morosidade imposta, pelo processo licitatório, para aquisição de materiais e serviços.

### 2.3 Estudos Coligados

Costa e Guarnieri (2018) fizeram um estudo de caso com entrevista semiestruturada com o propósito de analisar o processo de gestão de estoques e aquisição de medicamentos do Hospital Universitário de Brasília (HUB), usando a Farmácia Hospitalar como base para a pesquisa, que identificou que o principal impacto da falta de medicamentos é relacionado às perdas financeiras e prejuízos a saúde do paciente. Os pesquisadores chegaram à conclusão de que no HUB, a administração de medicamentos não é realizada de maneira adequada e que as deficiências na gestão dos estoques geram um acréscimo nos custos do hospital. Também identificaram que o fluxo das informações é fator que afeta diretamente a gestão dos estoques, pois quanto mais confiáveis e precisas forem às informações, maior é a otimização dos processos.

Com o objetivo de identificar problemas e viabilizar possíveis soluções relacionadas com o desabastecimento de produtos para saúde em um hospital municipal do interior de Tocantins, Lima & Câmara (2016), desenvolveram uma pesquisa com metodologia de estudo de caso, e sugestão de aplicação de plano operativo para levantamento dos principais problemas enfrentados pela instituição.

Esses autores supracitados identificaram que resultados semelhantes foram obtidos através de estudos feitos por outros autores em outros municípios. Como pontos da conclusão foram enfatizados a necessidade de aporte do setor financeiro e contábil e que a participação da Assistência Farmacêutica nas decisões dos gestores contribui para a qualidade da administração pública e modernização dos mecanismos de gestão.

Já Silva *et al* (2018) fizeram estudo com objetivo de identificar as principais vulnerabilidades, que implicam em riscos para o desabastecimento de materiais e medicamentos em hospital público localizado no município de Belo Horizonte (MG). Na análise dos dados foi constatada grande preocupação, por parte dos funcionários, da defasagem do orçamento e o atraso nos repasses financeiros. Outro ponto apontado pelos funcionários foi o risco nos processos, por falta de um controle interno eficiente. Também foram apresentadas

deficiências nos processos de compras, no sistema de gestão de controle de estoques e na gestão financeira. Na conclusão foi ressaltada a necessidade de inovações na gestão de saúde para atender a demanda crescente a um baixo custo.

Através de estudos, Bruns *et al* (2014), levantaram os dados sobre a utilização dos recursos públicos na gestão de assistência farmacêutica em municípios da Paraíba, ressaltando a importância de consolidar metodologias que possam auxiliar no suporte à gestão das políticas públicas. Esse estudo foi feito com base em relatórios de fiscalização da Controladoria Geral da União. Foram levantados dados que confirmam que a nível estadual, bem como regional e federal, das categorias analisadas o controle de estoque inexistente/ineficiente ocupou o topo da lista sendo considerado dado preocupante pelos autores. Os autores concluíram que para sanar os problemas evidenciados se faz necessária a profissionalização da gestão pública.

Em uma perspectiva de análise de sistema de informação para a gestão hospitalar, Pereira *et al* (2012) realizaram abordagem com o objetivo de apresentar uma visão que incentive a busca pela excelência em todos os níveis, do operacional ao estratégico. A conclusão da pesquisa apontou para a mudança, nos últimos tempos, nos investimentos de TI voltados para a implantação de sistemas de gestão, entre eles o de administrar a cadeia de suprimentos, que vão ser ferramentas auxiliares na tomada de decisão dos gestores, convergindo para uma excelência na qualidade do controle interno.

Já Meualo & Pensutti (2011) fizeram um artigo com o objetivo de realizar uma análise das ferramentas utilizadas pelos gestores públicos em comparação com as melhores práticas da área privada em dois hospitais do município de Santa Bárbara D'Oeste (SP), que recebiam constantes reclamações de falta de material e excesso de gastos com estoques, levantaram dados através de questionário respondido por gestores das duas instituições de saúde, sendo uma entidade totalmente pública e outra firma beneficente, mantida por recursos públicos e privados. Com base nos dados levantados identificou-se que em ambas as instituições o sistema de gestão de estoque não é utilizado a contento. E um dos pontos da conclusão é que, com a implementação da gestão de estoque de forma adequada, vão ser reduzidos os gastos com estoque e aumentado o número de materiais disponibilizados.

Por sua vez, Souza *et al* (2011), com o objetivo de descrever o controle interno, com foco nas informações financeiras e de custos do setor de farmácia de quatro hospitais da região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), a metodologia utilizada foi o estudo de casos múltiplos naquele setor. Portanto, com base nas entrevistas realizadas nos hospitais estudados foi feita uma análise e interpretação dos dados, onde os procedimentos de controle interno são específicos de cada instituição. Esses autores concluíram que, os procedimentos de controle interno empregados, ainda que peculiar a cada instituição, acabam contribuindo significativamente para o controle financeiro, e informações contábeis confiáveis.

Por fim, o trabalho de Santos *et al* (2020) tratou sobre o problema de segregação de funções que funciona de forma eficiente quando posto em prática em relação à conduta dos funcionários, servido para reduzir danos, tornando-se até difícil averiguar os controladores dos gastos públicos. Por sua vez, o estudo feito por Luimbi *et al* (2022), observou-se que o controle interno pelo INTOSAI (The International Organisation of Supreme Audit Institutions) do hospital universitário estudado é de qualidade e confiabilidade, no tocante ao monitoramento, informação e comunicação, como também no procedimento de controle, avaliação de riscos e ambiente de controle.

### 3 MÉTODO

Diante do objetivo da pesquisa, enfatiza-se que não foi escopo dessa análise mapear todas as unidades que controlam estoques no HULW. A análise teve como foco a Unidade de Abastecimento e Dispensação Farmacêutica (UADF) e a Unidade de Produtos para a Saúde (UPS), não sendo contempladas na pesquisa a Unidade de Nutrição e a Unidade de Almojarifado.

A metodologia aplicada depende do objeto de estudo que busca uma resposta, daí a pesquisa é classificada como aplicada. Zanella (2012, p.70) enfatiza que “a pesquisa aplicada tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais”. O procedimento metodológico aplicado nesta pesquisa foi o estudo de caso por se tratar da análise específica de uma situação problema que, no presente trabalho busca identificar se o controle de estoque de medicamentos e produtos médico-hospitalares, utilizado no HULW é capaz de detectar e prevenir perdas de produtos por estarem fora do período de validade. Segundo Mattar (1999 apud Zanella, 2012), o estudo de caso é tipo de pesquisa, quanto ao objetivo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares busca resposta para o que não pode ser quantificado (Minayo, 2015). Essa pesquisa se realizou por meio da coleta de dados qualitativos, em relação ao mapeamento dos controles existentes e de sua efetiva execução, ver Quadro 1.

Quadro 1 – Termos utilizados nas perguntas feitas aos entrevistados

1	Implementação do módulo de suprimentos
2	Dificuldades na implantação do programa
3	Dificuldades após implantação do programa
4	Treinamento dos funcionários sobre o programa
5	Ferramentas que otimizam o Controle interno
6	Limitação na emissão o relatório de controle
7	Cadastro de produto com prazo de validade
8	Produto, ao ser solicitado, com alerta de vencimento
9	Causas que levam produtos vencidos inservíveis para o uso
10	Medidas adotadas internamente em relação aos produtos vencidos
11	Responsabilização do servidor público

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A aplicação de entrevista semiestruturada permitiu que os entrevistados não ficassem limitados a responder apenas ao questionamento, podendo acrescentar mais informações julgadas necessárias. Com base em autores como Costa e Guarnieri (2018), Silva *et al* (2018) e Bruns *et al* (2014), foi elaborado o perfil dos colaboradores entrevistados e criadas 11 perguntas baseadas nos termos elencados (quadro 1) para identificação que foram respondidas por 6 (seis) profissionais de diversos níveis de conhecimento (médio, superior e pós-graduado) que são responsáveis pela movimentação e gestão dos produtos controlados pela UADF e pela UPS.

Para tanto, a amostra foi limitada a 6 colaboradores, pela maior facilidade de acesso aos mesmos e ao envolvimento destes com os principais procedimentos para alimentação do sistema.

Dentre os profissionais que responderam estão colaboradores terceirizados que são responsáveis pelo apoio operacional, empregados públicos (EBSERH) e funcionários públicos (Regime Jurídico Único) que são responsáveis por toda a logística, desde a concepção dos procedimentos iniciais para aquisição dos produtos até a sua dispensação para as clínicas médicas.

A coleta dos dados foi feita, no ano de 2020, através da transcrição da fala dos entrevistados para o Word®, prezando-se pela fidedignidade das informações repassadas, não foram feitas gravações com o objetivo de não expor os colaboradores que se prontificaram a responder as perguntas formuladas. Especificamente, todos os dados foram tratados e apresentados de forma sequencial com o resultado das informações coletadas.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Iniciam-se os resultados e discussão por breve histórico sobre o HULW.

### **4.1 Breve histórico sobre o Hospital Universitário Lauro Wanderley**

O Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) é pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), situado no campus I da UFPB, no bairro Castelo Branco, município de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Foi inaugurado oficialmente em 12 de fevereiro de 1980. O nosocômio (hospital) atende a duas vertentes, uma na área de saúde e a outra na área de educação, sendo assim, possui a missão de atender a população assistida pelo SUS, bem como a missão de ser hospital escola para os alunos dos cursos de graduação, especializações Latu-Sensu, na área de saúde e residência médica, para várias especialidades oferecidas pela UFPB. É formado por um único prédio, dividido em duas áreas: ambulatorial e hospitalar.

Em dezembro de 2011 o governo federal criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo gerir, em parceria com as universidades federais, os hospitais universitários federais, eliminando contratos precários com fundações, e aperfeiçoando as ferramentas de gestão. Em 2018 a Rede EBSERH está composta por 40 hospitais, dentre eles está o HULW.

Desde dezembro de 2013 o supracitado nosocômio tem sua gestão feita pela referida empresa. No ano de 2014 foi realizado concurso para contratação de novos funcionários para reforçar o serviço de atendimento aos usuários do SUS, e os novos contratados iniciaram suas atividades a partir de 2015.

O HULW possui como missão prestar assistência integral, ética e humanizada a comunidade, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, na busca permanente pela excelência, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão para formação de profissionais que respeitem a dignidade humana e sejam agentes transformadores da sociedade. (EBSERH, 2018).

Como já citado anteriormente, o sistema de controle de estoques utilizado pelo HULW é o AGHU. O sistema possui vários módulos, dentre eles está o módulo de suprimentos. Em agosto de 2016, foi implantado o referido módulo, com o objetivo de que sua utilização viesse

a agregar valor ao controle interno, visto que, o gestor poderia em tempo real ter conhecimento da posição de seus estoques no momento de planejar a aquisição de novos produtos e verificar se existem produtos com data de vencimento próxima. O controle de medicamentos é feito pela Unidade de Dispensação Farmacêutica (UADF), enquanto os materiais médico-hospitalares têm seu controle feito pela Unidade de Produtos para a Saúde (UPS).

Diferentemente do estudo de Costa e Guarnieri (2018), os produtos estão fisicamente estocados em áreas distintas do hospital e são manuseados por farmacêuticos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e o pessoal do apoio operacional. Voltando ao objetivo principal da pesquisa que é a necessidade de identificar se o sistema AGHU possui ferramentas que possam identificar previamente produtos com data de validade próxima ao vencimento ou vencidas, para com isso mitigar o risco de perda de erário público.

#### 4.2 Análise da entrevista

Na sequência, apresentam-se os resultados das entrevistas que foram realizadas, de forma semiestruturada, com servidores ligados ao controle de estoque executado pelo AGHU. Foram ouvidas pessoas que trabalham na recepção e dispensação de produtos, na alimentação de dados no sistema de controle, gestores e ex-gestores das unidades que controlam os almoxarifados de medicamentos e materiais médico-hospitalares.

O gestor do Setor de Tecnologia da Informação, que acompanha o sistema desde o projeto de sua implantação, também respondeu a entrevista, uma vez que, ele é a pessoa responsável por buscar soluções para os problemas apresentados pelos usuários, quer seja internamente, quer seja reportando os problemas para a matriz da empresa, localizada em Brasília.

As questões foram agrupadas para três grupos, envolvendo o Setor de Tecnologia da Informação (TI), a Unidade de Dispensação Farmacêutica (UADF) e a Unidade de Produtos para a Saúde (UPS). Assim, o Grupo entrevistado formado por 06 (seis) pessoas tem em sua maioria formação de nível superior, e apenas um entrevistado possui ensino médio, constatando-se a segregação de funções apontada por Santos (2020). Portanto, todos do grupo possuem mais 3 anos de experiência no serviço público e mais de 2 anos trabalhando no HULW, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Perfil dos colaboradores entrevistados

Grupo 01 - Setor de Tecnologia da Informação (TI)				
Cargo	Gênero	Escolaridade	Tempo de serviço público	Tempo de serviço no HULW
Chefe do Setor de Tecnologia da informação	Masculino	Mestrado	3, 6 anos	3,6 anos
Grupo 02 - Unidade de Abastecimento e Dispensação Farmacêutica (UADF)				
Cargo	Gênero	Escolaridade	Tempo de serviço público	Tempo de serviço no HULW
Ex Chefe da Unidade de Produtos para a Saúde	Feminino	Especialização	20 anos	14 anos

Enfermeira da Unidade de Produtos para a Saúde	Feminino	Especialização	13 anos	13 anos
Grupo 03 - Unidade de Dispensação Farmacêutica (UADF)				
Cargo	Gênero	Escolaridade	Tempo de serviço público	Tempo de serviço no HULW
Chefe Interina da Unidade de Dispensação Farmacêutica	Feminino	Doutorado	8,5 anos	8,5 anos
Assistente Administrativo 1 da Unidade de Dispensação Farmacêutica	Feminino	Superior	12 anos	2,6 anos
Assistente Administrativo 2 da Unidade de Dispensação Farmacêutica	Feminino	Ensino médio	8,5 anos	3,5 anos

Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

O questionamento de número 1 buscou a informação se todos os entrevistados acompanharam a implantação do módulo de suprimentos do AGHU, no HULW. Dos seis entrevistados, cinco responderam que sim e apenas a enfermeira 2 respondeu que não participou. Dentre os que responderam sim, a assistente administrativo 2 respondeu que participou indiretamente, pois à época trabalhava na UADF, todavia não executava nenhuma atividade no AGHU.

Quanto à segunda pergunta onde foi abordado quais as dificuldades enfrentadas na implantação do AGHU suprimentos, o Chefe de TI respondeu que a adequação do processo ao sistema e a rotatividade de pessoal na unidade foram as principais dificuldades enfrentadas.

Na mesma linha de entendimento a Farmacêutica 1 destacou a dificuldade de adesão, à utilização da ferramenta, por parte das clínicas médicas, que eram acostumadas a fazer requisições em formulário manual. Já para a assistente administrativo 1 a rotina de recebimento foi seu maior empecilho, dando destaque ao registro de estorno de uma nota fiscal cadastrada no sistema. O assistente administrativo 2 não soube responder porque, à época, não trabalhava com o AGHU suprimentos.

Na UPS a Enfermeira 1 enfatizou como principais dificuldades: o cadastro duplicado de itens no sistema; o não preenchimento da data de validade atrelada a cada produto, impedindo o controle da mesma pelo sistema; e o direcionamento de produtos controlados pela UPS para a UADF. Esses problemas ocorreram porque os produtos não foram cadastrados individualmente, foi feito de forma agrupada através da importação de uma planilha que serviu de base para cadastrar todos os produtos em um único procedimento, que alimentou o banco de dados do sistema. A enfermeira 2 não soube responder, pois encontrava-se na mesma situação da assistente administrativo 1, à época da implantação.

Conforme as repostas, observam-se que as principais dificuldades estão relacionadas à adaptação dos funcionários de se adequarem a uma nova ferramenta de gestão de controle, e os erros ocasionados pela forma de cadastro dos itens no sistema, sem uniformidade de entendimento, entre as duas unidades.

A indagação de número 3 foi voltada para identificar quais as dificuldades enfrentadas pelos usuários após a implantação do AGHU suprimentos. De acordo com o Chefe de TI foi o entendimento dos termos utilizado pelo sistema e entender como a ferramenta funciona.

Na UADF a farmacêutica 1 destacou o registro das devoluções de consumo e a falta de sincronia entre as requisições cadastradas e as requisições atendidas. Ela sugeriu que o sistema tivesse cores para diferenciar as requisições atendidas das requisições pendentes. O assistente administrativo 1 só mencionou que seria interessante que o sistema aceitasse a entrada de novos pedidos. Já assistente administrativo 2 não mencionou nenhuma dificuldade.

A enfermeira 1 relatou que na UPS as dificuldades foram de adaptação ao sistema, a duplicidade do cadastro, o controle da validade foi todo perdido, foi necessário um trabalho de limpeza dos dados cadastrados em duplicidade; dificuldade com a nova nomenclatura dos produtos que não era a usual do HULW, no sistema anterior, onde o cadastro dos produtos era feito de forma mais genérica. A enfermeira 2 elencou algumas dificuldades como a atualização de catálogo cadastrado no pregão que deveria ser vinculado ao que vem descrito na nota fiscal; a necessidade de atualização do cadastro, que está sendo feito aos poucos; o cadastro dos produtos não ser feito na mesma tela de recebimento da nota fiscal, dando margem a erro, e por fim não conseguir vincular uma nota fiscal ao empenho.

Cabe atenção às respostas do chefe de TI, que destaca a falta de familiaridade dos usuários com os termos do sistema. Já na UADF cabe destaque ao apontamento feito pela Farmacêutica 1, enfatizando que requisições de materiais efetivadas no sistema não são atendidas (no sistema) de forma adequada, o que conseqüentemente gera distorção entre o controle físico e o controle feito no sistema. Já na UPS deve ser destacado o problema apresentado nos cadastros dos produtos, que geraram um retrabalho para correção deles.

A interpelação número 4 resgatou a informação se todos os usuários do AGHU receberam treinamento para realizar as atividades no sistema. O chefe da TI respondeu que não, mas justificou que todos da equipe inicial receberam e que os novos funcionários não, pois não fora solicitado o treinamento ao seu setor.

Os demais entrevistados afirmaram ter recebido treinamento e que os demais membros da equipe também. A justificativa para a afirmação é que a cada novo ingresso de colaborador que irá utilizar o sistema, o treinamento é dado por um colaborador que já conheça as funcionalidades do sistema. Como visto, os entrevistados que operam diretamente o AGHU entendem que todos os funcionários recebem treinamento.

O questionamento 05 levantou quais as principais ferramentas do AGHU que otimizam o controle interno do estoque, conforme a opinião dos entrevistados. Segundo o chefe de TI, as principais ferramentas são a requisição eletrônica, o cadastro de entrada, o controle de vencimento de produto e alguns relatórios. Diferentemente do estudo de Meualo e Pensutti (2011), observa-se um real interesse da equipe em fazer com que o controle interno ideal seja uma realidade.

A farmacêutica 1 respondeu que se for alimentado corretamente, o sistema atende ao esperado, mas existe a necessidade de relatório de ponto crítico. Já assistente 1 destaca como positivo o movimento de material e estatística de consumo. A assistente 2 não confia 100% no sistema, por conta dos erros de baixa, e enfatiza que o controle físico é mais eficiente.

No entendimento da enfermeira 1 o relatório de estatística de consumo, o relatório de materiais vencidos e o movimento de material. A enfermeira 2 disse que se alimentado corretamente é uma boa ferramenta, mas todo o planejamento é avaliado pelo controle físico,

complementou que a falta de recursos financeiros dificulta o planejamento, e que um ponto positivo é não ter requisição de material feita de forma manual.

As respostas apresentadas pelos entrevistados que alimentam o sistema, merecem uma reflexão, visto que fica claro que ele ainda não é utilizado como ferramenta de controle interno em sua totalidade, uma vez que o controle físico é considerado como mais confiável. Fora evidenciado como melhorias a eliminação da requisição de material de forma manual e o fornecimento da estatística de consumo.

Na pergunta 6 o objetivo era evidenciar se existe limitação na emissão de relatórios para realização de controle. Para o chefe da TI existe sim, através da ferramenta, mas as limitações são repassadas para a TI que gera relatórios através do banco de dados. Além dele apenas a enfermeira 1 apontou dificuldade para emitir o relatório curva ABC, que ela considera de difícil entendimento, alegando ser esta a pior dificuldade, e acrescentou que o sistema não gera relatório de estoque crítico para ver o ponto de pedido.

Com isso, apenas o Chefe da TI e a enfermeira 1 apontam limitações do sistema, enquanto os demais concordam que não há limitação quando da geração de relatórios.

Ao responder a indagação número 7 os entrevistados foram unânimes em afirmar que o sistema permite que ao cadastrar um produto seja inserida a data de validade dele. Foi adicionado pelo chefe de TI que além de ser permitido o cadastro também é feito o controle, mas na UADF, segundo a farmacêutica 1 essa funcionalidade não é utilizada, desde a implantação do sistema, em contrapartida as enfermeiras 1 e 2 afirmaram que na UPS o cadastro é feito e que é permitido informar validades diferentes, para produtos constantes na mesma nota fiscal que possuam lotes diferentes.

Analisando-se as respostas, é possível identificar uma convergência para possibilidade de ser cadastrada a data de validade dos produtos, porém a UADF, não utiliza essa funcionalidade do sistema, por decisão interna da unidade, enquanto a UPS utiliza desde a implantação do sistema.

Em relação à necessidade de se ter conhecimento se ao ser solicitado no sistema, um determinado produto, ele alerta se o material disponível está vencido, foi feita a interpelação número 8. As repostas foram bem peculiares, onde o chefe de TI afirmou que sim, enquanto os demais afirmaram que não ou que desconhece a funcionalidade.

Na UADF a assistente administrativa 2 justificou que o sistema não alerta porque o cadastro não é feito na referida unidade de controle e destacou que só é permitido o cadastro de uma data de validade independente de quantos lotes existam na nota fiscal.

Segundo afirmação das enfermeiras 1 e 2, o sistema gera um relatório de materiais vencidos, porém não alerta na hora da baixa se o material estiver vencido. As respostas analisadas convergem para uma situação indesejada: a falta de controle da data de validade dos produtos, realizado pelo sistema, na UADF e a evidenciação pela UPS de que ao solicitar um produto se ele estiver com a data de validade vencida o sistema não emite um alerta.

A questão de número 9 era sobre quais as principais causas que levam os produtos a terem a validade vencida tornando-os inservíveis para serem utilizados. O retorno dos entrevistados não foi muito diferente, com exceção do chefe de TI que não opinou, tendo em vista que o seu setor não tem essa informação, todos os demais apontaram causas.

A farmacêutica 1 da UADF, em sua resposta diz que não pode afirmar se foi falta de planejamento do consumo médio mensal; acrescenta que o planejamento de procedimentos que não foram concretizados por falta de insumos de outros setores, o planejamento de

procedimentos que não chegaram a ser iniciados e sazonalidade de patologias, que fogem ao controle da gestão o momento e a quantidade exata necessária, são responsáveis pelo vencimento da validade de medicamentos. Ela informou que são adotadas medidas para evitar que isso ocorra, trocando ou doando medicamentos para outros hospitais da rede e substituindo a apresentação para procedimentos utilizando itens que tem vencimento próximo. No mesmo entendimento a assistente 2 aponta como causa o planejamento de procedimentos que não foram realizados em sua totalidade, a exemplo de mutirões de atendimento de determinada patologia e acrescentou que para evitar as perdas está sendo planejada a aquisição de produtos para consumo em no mínimo 4 meses. Já a assistente 1 aponta a baixa demanda como responsável pelas perdas.

Na UPS a enfermeira 1 elencou várias causas, como a imprevisibilidade da demanda, que não consegue prever quando o produto é consumido; a necessidade de ter produtos que tem uma baixa demanda, e citou como exemplo os produtos para doenças raras; e apontou como principal motivo a mudança de conduta médica ou sanitária, como aconteceu no caso do cateter central triplo lúmen, que teve sua utilização suspensa por pedido da comissão de controle de infecção hospitalar (CCIH) e afirmou que ocorre com frequência a mudança de conduta médica sem aviso prévio. Também mencionou uma decisão judicial recente que obrigou o HULW a comprar material para cirurgias cardíacas que depois não foram realizadas. Complementando, a enfermeira 2 citou o material em desuso, o material sazonal e o estoque fragmentado em vários locais de infraestrutura física, o que dificulta o controle e conseqüentemente resulta em perdas.

Com base nas respostas, presume-se que existe um grande problema de planejamento para aquisição dos insumos a serem utilizados no hospital, diante disso materiais tendem a ter a validade vencida sem que sejam consumidos pelos pacientes. Os problemas que, segundo os entrevistados, comprometem o planejamento e como também tende a provocar a perda de insumos são: a) Aquisição parcial de insumos necessários para realização de determinados procedimentos; b) Aquisição de insumos para procedimentos que não chegaram a ser iniciados ou não são feitos em sua totalidade; c) Aquisição de insumos para patologias sazonais; d) fragmentação dos locais onde ficam estocados os insumos, por problemas de infraestrutura física; e) mudanças de conduta médica ou sanitária.

A pergunta 10 teve como objetivo identificar quais as medidas adotadas internamente em relação aos produtos com validade vencida, que não teve nenhuma medida apontada pelo chefe de TI, por tal responsabilidade não ser vinculada ao seu setor.

A UADF faz lista mensal com os medicamentos vencidos, recolhe, solicita bombona para incineração e retira do AGHU, conforme resposta da farmacêutica 1, na sequência informa para a chefia imediata através do relatório de movimentação mensal, que é encaminhado para a Superintendência. As informações repassadas pelas respostas da assistente 1 foram semelhantes às da enfermeira 1, pois informou que o AGHU é ajustado; é solicitada bombona à hotelaria hospitalar para ser coletada por uma empresa que é responsável pela incineração, que emite certificado após o procedimento; que a Superintendência do HULW é comunicada através de relatório mensal de movimentação de estoque, para autorização da baixa dos registros contábeis. E a assistente 2 respondeu que é feita uma planilha com controle paralelo para verificar os medicamentos que estarão com vencimento próximo.

Na UPS, segundo a enfermeira 1 o produto vencido é retirado do sistema, é enviado para incineração, conforme o protocolo existente, e a empresa responsável emite documento referente ao procedimento realizado. Em relação aos materiais que irão vencer, a enfermeira citou que são feitas trocas com outros hospitais da rede e com os próprios fornecedores. Na mesma linha a enfermeira 2 disse que é feita a segregação dos produtos e feita a entrega para a

empresa que faz a incineração. Informou que também são feitas doações para utilização em usos acadêmicos; que é feita a tentativa de troca com hospitais da rede e às vezes doa para instituições públicas.

A técnica utilizada para o descarte do material vencido, conforme os entrevistados, segue o protocolo da ANVISA e internamente o fluxo processual para comunicação à Superintendência do hospital e à contabilidade é seguido pelas duas unidades. Por fim, o questionamento 11 buscou saber sobre o entendimento dos entrevistados no tocante a responsabilização do servidor público, quando da perda de material por vencimento da data de validade. Assim, 66,7% dos entrevistados responderam que não possuem conhecimento sobre responsabilização dos funcionários, em caso de perda por validade vencida dos produtos.

Os 33,3% restantes, representados pelo chefe de TI e a enfermeira 1, têm conhecimento que o servidor deve ser responsabilizado. Segundo ele “o gestor de almoxarifado irá responder pelo dano ao erário. Produto vencido é dinheiro perdido”. E ela disse que “não é feito processo de sindicância apurando a responsabilidade, mas deveria ser feito, porque normalmente o almoxarifado é responsabilizado, mas muitas das vezes a alteração da conduta médica é a responsável pela perda”. Fato é que a resposta do gestor de TI define bem o reflexo da perda desses insumos: “material vencido é dinheiro perdido”.

Assim, a falta de planejamento no repasse orçamentário e financeiro, para a realização de um bom planejamento de aquisição de insumos é um problema para ser enfrentado pelos gestores hospitalares, e em período de recursos escassos é cada vez mais necessário um bom levantamento das reais necessidades a serem atendidas. Segundo Lima e Câmara (2016, p.125) “a falta de recursos suficientes, os gastos adicionais e o escasso repasse financeiro-orçamentário são um desafio para os gestores hospitalares”.

Por meio das respostas de alguns funcionários envolvidos com o processo de controle de materiais que utilizam o sistema AGHU, identifica-se a necessidade de proposições de melhorias no processo de operacionalização do sistema com o objetivo de obter da ferramenta informações que espelhem a realidade do controle físico. Portanto, o registro incompleto dos dados no sistema, bem como o retrabalho gerado pelo controle paralelo em fichas, aumenta os custos das unidades, uma vez que a utilização da mão de obra disponível tem seu potencial direcionado para um controle físico que é desnecessário.

Por fim, faz-se necessário que todos os funcionários envolvidos com o sistema recebam treinamento, com o objetivo de nivelamento dos mesmos e uma conscientização, por parte deles, da importância do controle interno feito através de uma ferramenta de gestão, qual a repercussão das informações geradas por ele e quais os resultados pelo seu não cumprimento. Pode-se afirmar que os achados nessa pesquisa são condizentes com estudos como os de autores como Costa & Guarnieri (2018), Silva *et al* (2018) e Bruns *et al* (2014) sobre controle interno.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo geral diagnosticar se a utilização do AGHU é eficiente para redução de perdas na gestão de estoques de medicamentos no HULW, por conseguinte identificar as principais falhas apresentadas pelo sistema e evidenciar a importância de um controle interno de estoques eficiente que é ferramenta fundamental para o planejamento de aquisição de insumos.

Neste contexto, o propósito do trabalho foi alcançado, destarte que foi identificado que o AGHU não é utilizado adequadamente como ferramenta de gestão, e como decorrência não previne ou reduz as perdas que são ocasionadas pelo vencimento de medicamentos e produtos médico-hospitalares. De forma específica, toda e qualquer instituição, seja ela pública ou privada, necessita de ferramentas de controle que facilitem o acompanhamento dos gastos realizados para aquisição de produtos e/ou serviços inerentes às atividades desenvolvidas pela organização.

Portanto, a decisão da UADF de não cadastrar a validade dos medicamentos recebidos pela unidade impossibilita uma análise crítica da funcionalidade, e faz com que todo o controle de validade seja feito pelos servidores que dispensam o produto, ficando evidente a necessidade de revisão do cadastro de todos os produtos, para inclusão da data de validade.

Por sua vez, na UPS o cadastro da validade é feito, mas os usuários indicam que no momento da dispensação o sistema não alerta para materiais vencidos, e com essa afirmativa pode-se extrair que o sistema não gera as informações necessárias para evitar as perdas. Por conseguinte, com base nas respostas das entrevistas foi constatado que o desfazimento dos bens vencidos é feito da forma adequada, mas que nenhuma medida de responsabilização é adotada pela gestão da empresa, tendo em vista que os funcionários desconhecem a responsabilização dos servidores em caso de perda.

Assim, o controle interno do estoque realizado por meio do sistema AGHU necessita de um aprimoramento com medidas voltadas para o treinamento e nivelamento dos servidores, que dessa forma absorverão a importância dos controles feitos pela ferramenta, para com isso a gestão do HULW pode extrair dele informações importantes para o planejamento da instituição, e que as informações retratadas no sistema sejam fidedignas ao controle físico, o que atualmente só ocorre quando da realização de inventário físico.

Então, o estudo observou que o AGHU pode ser eficiente o suficiente para encontrar falhas e que venha antecipar correções visando dirimir a perda de medicamentos, fora do prazo de validade. Fato é que se faz necessária a implementação de procedimentos que visem à responsabilização dos servidores que deram causa aos recursos públicos perdidos, o que gera economicidade e eficiência com a utilização do gasto público. A limitação desse trabalho é pelo motivo de ter sido feito em apenas um hospital universitário, no caso o da Universidade Federal da Paraíba. Portanto, a título de sugestão, podem ser desenvolvidas pesquisas com o mesmo propósito em outros hospitais da Rede EBSEH, bem como relacionadas à responsabilização do servidor público, por danos ao erário.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. (2017). **Auditoria** Um Curso Moderno e Completo. 9. ed. São Paulo: Atlas.
- ALVES, A. G. de S.; MORAES JÚNIOR, V. F. (2016, set./dez.). O sistema de Controle Interno da Gestão Pública do Poder Executivo do Município de Patos-PB. **Revista de Evidenciação Contábil e Finanças**. João Pessoa, v.4, n.3, p. 56-71.
- ATTIE, W. (2011). **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- BARBIERI, J. C. MACHLINE, C. (2017). **Logística hospitalar: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. (1990). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. (2018). Hospital Universitário Lauro Wanderley. **Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/hulw-ufpb>.

BRUNS, S. de F.; LUIZA. V. L.; OLIVEIRA, E. A. (2014). Gestão da assistência farmacêutica em municípios do estado da Paraíba (PB): olhando a aplicação de recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 3, p. 745-765.

CASTRO, D. P. de. (2018). **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7. ed. São Paulo: Atlas.

CAVALLINI, M. E. (2010) **Farmácia hospitalar**. PalacowBisson. 2. ed. Barueri, SP : Manole.

COSTA, C. D. F. & GUARNIERI, P. (2018). Gestão da aquisição de estoques de medicamentos: estudo de caso no Hospital Universitário de Brasília (HUB). **Revista Foco**. v. 11, n. 2, p. 28-52, mar./jun.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. (2018).O que é o AGHU. **EBSERH**, 2018. Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/web/aghu/sobre/o-que-e>.

LAURINDO, A.; M. & TEIXEIRA, Alex V. (2014). **A logística na administração pública: conceitos e métodos** livro eletrônico. Curitiba: InterSaberes.

LIMA, R. F. & CÂMARA, T. F. M. (2016). Desafios com o desabastecimento na cadeia de suprimentos em um hospital público: Relato de caso. **Revista gestão em sistemas de saúde – RGSS**, São Paulo, vol. 5, n. 1, p. 120-127, janeiro/junho.

LUIMBI et al. (2022). **Controle interno em um hospital universitário brasileiro: um estudo sob a lente da abordagem da Intosai**. Revista RAGC, Minas Gerais, v. 10, n. 44, p.33-48.

MEAULO, M. P. & PENSUTTI, Marcus. (2018). A gestão de estoques em ambientes hospitalares - Analisando a utilização de ferramentas de gestão de materiais em ambientes hospitalares públicos e filantrópicos no município de Santa Bárbara D'Oeste. Anais.VIII **CONVIBRA Administração**, 2011. Disponível em: [http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm\\_3253.pdf](http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3253.pdf).

MEDEIROS, S. E. R. de *et al.* (2009). Logística Hospitalar: Um estudo sobre as atividades do setor de almoxarifado em hospital público. **Revista de Administração da UFSM**. Rio Grande do Sul, vol. 2, n. 1, p. 59-79, janeiro/abril.

MINAYO, M. C. de S. & DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. (2015). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34a ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

PEREIRA, S. R. (2012). *et al.* Sistemas de Informação para gestão hospitalar. – **J. Health Inform.** p. 180-175, out-dez.

SANTOS, Inêz Alexandre dos. (2020). A importância do controle interno na gestão pública: Revisão de literatura. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 12, Vol. 17, pp. 22-35. Dezembro. ISSN: 2448- 0959. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/importancia-do-controle.

SILVA, L. de F. *et al.* (2018). Vulnerabilidade e riscos de ruptura no abastecimento de materiais e medicamentos na cadeia de suprimento em um Hospital Público. **GEPROS**. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 13, nº 2, p. 21-43, abr-jun.

SOUZA, A. A. *et al.* (2011). Análise do sistema de controle interno de hospitais: Estudo de casos múltiplos no setor farmácia. Anais... XXXI **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Minas Gerais.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. (2018). Instrução normativa nº 63 de 1º de setembro de 2010. TCU, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/ato-normativo>.

ZANELLA, L. C. H. (2012). **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC.